

São Paulo, 5 de fevereiro de 2026

**AO SENHOR MINISTRO DA CASA CIVIL
RUI COSTA**

C/C:

Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho

Sr. Ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos

Assunto: Carta conjunta da sociedade civil em repúdio ao ataque da Casa Civil à Transparência Internacional Brasil e solicitação de esclarecimentos ao governo federal

Senhor Ministro,

As organizações da sociedade civil abaixo assinadas manifestam profunda consternação e firme repúdio à [nota pública](#) divulgada pela Casa Civil em resposta ao estudo técnico da Transparência Internacional Brasil (TI Brasil) sobre falhas de transparência no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Um governo democrático se define, também, pela abertura a avaliações, críticas e recomendações. Essa permeabilidade possibilita diálogos construtivos e avanços.

Ao atacar a organização, referindo-se a ela como “ONG investigada pela Polícia Federal”, a Casa Civil afasta-se de princípios republicanos e mimetiza o *modus operandi* de regimes não-democráticos.

Agindo assim, o Estado brasileiro desqualifica a organização que formula a crítica, desvia o foco das conclusões e recomendações do estudo, e perde a oportunidade de fortalecer a governança e mitigar o risco de desvios no PAC.

A atitude contradiz o declarado compromisso deste governo com a defesa do espaço cívico, a participação social e o diálogo com a sociedade civil. Apequena o papel do Brasil, hoje na presidência da Parceria para Governo Aberto (OGP) no mundo.

A referência feita pela Casa Civil à investigação da Polícia Federal é grave pelo seu conteúdo e implicações. Não há qualquer registro público sobre a referida investigação. Pode-se concluir, então que:

- ou o Estado está difundindo informações falsas por meio do seu canal de comunicação oficial com a sociedade;
- ou está difundindo informações sigilosas sobre uma investigação que não foi tornada pública.

Em ambos casos, condutas que contrariam a definição de Estado Democrático de Direito e mandam um sinal alarmante para entes da sociedade civil que têm como objetivo promover o controle social do governo.

Diante desses graves fatos, e objetivando o restabelecimento do pacto democrático, as organizações abaixo assinadas recomendam as seguintes ações:

1. Que a Casa Civil preste esclarecimentos sobre a nota;
2. Que a Casa Civil se retrate pelo conteúdo da nota, em especial no caso de divulgação de informações falsas;
3. Que o governo reafirme, expressamente, seu compromisso com a proteção do espaço cívico e da atuação independente das organizações da sociedade civil.

Reiteramos nosso compromisso coletivo com a defesa da democracia, do espaço cívico, da transparência pública e do direito de a sociedade monitorar, avaliar e criticar as atividades do governo.

Atenciosamente,

1. Transparência Brasil
2. Transparência Capixaba
3. Central das Emendas
4. Instituto de Direito Coletivo - IDC
5. ponteAponte
6. MCCE - Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
7. Fiquem Sabendo
8. Honório – Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas Arquivísticas
9. Instituto Nossa Ilhéus (INI)
10. Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas
11. Observatório Social de Mato Grosso
12. Livres
13. Observatório do Marajó
14. Escola da Democracia
15. Redes Cordiais
16. Instituto Sivis
17. Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis - CDDH